

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas do
conglomerado prudencial
em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial | 3 |
| Balancos patrimoniais | 7 |
| Demonstrações do resultado | 9 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 10 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto | 11 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial | 12 |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Acionistas e Administradores da
Nu Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”), descritos na nota explicativa nº 2 – Base de preparação das demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Instituição foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

A Instituição elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 28 de março de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais – Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais) exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção

em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

**Balancos patrimoniais consolidados
do Conglomerado Prudencial**
em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 2018 | 2017 |
|--|----------|-------------------|------------------|
| Total do ativo circulante | | 10.478.237 | 4.479.311 |
| Disponibilidades | 4 | 284.364 | 403.219 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | | 687.993 | - |
| Aplicações no mercado aberto | | 687.993 | - |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 2.960.980 | 523.632 |
| Carteira própria | | 516.354 | 266.060 |
| Vinculados à prestação de garantias | | 2.444.626 | 257.572 |
| Outros créditos | 6 | 6.523.576 | 3.548.700 |
| Valores a receber cartão de crédito | | 6.857.825 | 3.847.476 |
| Diversos | | 230.069 | 41.298 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | | (564.318) | (340.074) |
| Outros valores e bens | | 21.324 | 3.760 |
| Despesas antecipadas | | 21.324 | 3.760 |
| Total do realizável a longo prazo | | 214.060 | 218.456 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 108 | 78.617 |
| Vinculados à prestação de garantias | | 108 | 78.617 |
| Outros créditos | | 213.952 | 139.839 |
| Diversos | 6 | 213.952 | 139.839 |
| Total do permanente | | 27.827 | 8.430 |
| Imobilizado de uso | | 25.876 | 8.324 |
| Imóveis de uso | | 31.676 | 10.212 |
| Depreciação acumulada | | (5.800) | (1.888) |
| Intangível | | 1.951 | 106 |
| Total do ativo | | 10.720.124 | 4.706.197 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Balancos patrimoniais consolidados
do Conglomerado Prudencial**
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

| Passivos | Nota | 2018 | 2017 |
|---|-------------|-------------------|------------------|
| Total do passivo circulante | | 9.601.759 | 4.050.811 |
| Depósitos a vista | | 2.436.015 | 75.126 |
| Outros depósitos | 7 | 2.436.015 | 75.126 |
| Relações interfinanceiras de liquidez | | 6.482.201 | 3.775.169 |
| Recebimentos e pagamentos a liquidar | | 6.482.201 | 3.775.169 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 8 | 195.237 | - |
| Empréstimos no exterior | | 195.237 | - |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | | 3 | - |
| Outras obrigações | 9 | 488.303 | 200.516 |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | | 251 | 149 |
| Fiscais e previdenciárias | | 87.391 | 25.648 |
| Diversas | | 400.661 | 174.719 |
| Total do passivo não circulante | | 1.212 | 277.747 |
| Recursos de Aceites e Emissão de Títulos | | 1.212 | - |
| Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares | | 1.212 | - |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 8 | - | 277.747 |
| Empréstimos no exterior | | - | 277.747 |
| Resultado de exercícios futuros | | 41.959 | 17.413 |
| Patrimônio líquido | 10 | 1.075.194 | 360.226 |
| Capital social | | 1.368.171 | 587.049 |
| Reserva de capital | | 86.197 | 52.060 |
| (-) Prejuízo acumulado | | (379.174) | (278.883) |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 10.720.124 | 4.706.197 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado consolidado do Conglomerado Prudencial

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2018 | | 2017 |
|--|------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Receita operacional | 11 | 274.039 | 470.916 | 218.485 |
| Custo dos serviços prestados | 12 | (234.271) | (391.530) | (173.789) |
| Lucro bruto | | 39.768 | 79.386 | 44.696 |
| Despesas de pessoal | 13a | (92.036) | (152.061) | (85.453) |
| Despesas administrativas | 13b | (55.317) | (91.924) | (56.335) |
| Outras receitas operacionais | 13c | 34.455 | 52.922 | 24.117 |
| Outras despesas operacionais | 13c | (9.830) | (21.934) | (17.789) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 6e | (260.192) | (486.918) | (317.657) |
| Plano de opção de compra de ações | 10b | (19.174) | (34.137) | (26.706) |
| Outras receitas/(despesas) operacionais | | (402.094) | (734.052) | (479.823) |
| Prejuízo operacional | | (362.326) | (654.666) | (435.127) |
| Receitas financeiras | | 455.885 | 762.249 | 348.845 |
| Despesas financeiras | | (145.190) | (223.889) | (87.691) |
| Resultado financeiro | 14 | 310.695 | 538.360 | 261.154 |
| Resultado antes de imposto de renda e contribuição social | | (51.631) | (116.306) | (173.973) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido | | 2.229 | 16.015 | 56.975 |
| Imposto de renda e contribuição social | 15 | 2.229 | 16.015 | 56.975 |
| Prejuízo do semestre/exercício | | (49.402) | (100.291) | (116.998) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Reserva de capital | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|--|------------------|--------------------|----------------------|-----------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 587.049 | 25.354 | (161.885) | 450.518 |
| Opção de ações outorgadas (Nota 10) | - | 26.706 | - | 26.706 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (116.998) | (116.998) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 587.049 | 52.060 | (278.883) | 360.226 |
| Opção de ações outorgadas (Nota 10) | - | 34.137 | - | 34.137 |
| Aumento de capital em 8 de março de 2018 (Nota 10) | 478.402 | - | - | 478.402 |
| Aumento de capital em 2 de outubro de 2018 (Nota 10) | 302.720 | - | - | 302.720 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (100.291) | (100.291) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 1.368.171 | 86.197 | (379.174) | 1.075.194 |
| Saldo em 30 de junho de 2018 | 1.065.451 | 67.023 | (329.772) | 802.702 |
| Opção de ações outorgadas (Nota 10) | - | 19.174 | - | 19.174 |
| Aumento de capital em 2 de outubro de 2018 (Nota 10) | 302.720 | - | - | 302.720 |
| Prejuízo do semestre | - | - | (49.402) | (49.402) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 1.368.171 | 86.197 | (379.174) | 1.075.194 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados do Conglomerado Prudencial

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

| Nota | 2018 | | 2017 |
|---|------------------|------------------|------------------|
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Prejuízo do semestre/exercício | (49.402) | (100.291) | (116.998) |
| Ajustes para: | | | |
| Depreciação/amortização | 2.646 | 3.912 | 1.330 |
| Provisão para perda do valor recuperável | 260.192 | 486.918 | 317.657 |
| Ativo fiscal diferido | (31.035) | (74.113) | (66.989) |
| Resultado de exercícios futuros | 13.887 | 24.546 | 17.371 |
| Provisão de contingências | 20.722 | 35.821 | 19.381 |
| Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos | 3 | 3 | - |
| Juros e variação cambial de empréstimos e repasses sem efeito de caixa | 27.702 | 65.054 | - |
| Opções de ações outorgadas | 19.174 | 34.137 | 26.706 |
| Resultado ajustado | 263.889 | 475.987 | 198.458 |
| Aumento de títulos e valores mobiliários - negociação | (1.023.516) | (2.046.125) | (78.231) |
| Aumento de outros créditos | (2.248.138) | (3.461.794) | (2.397.850) |
| Redução de outros valores e bens | (9.164) | (17.564) | (1.768) |
| Aumento de depósitos a vista | 1.530.143 | 2.360.889 | 75.126 |
| Aumento de relações interfinanceiras | 1.880.265 | 2.707.032 | - |
| Aumento de outras obrigações | 68.088 | 126.979 | 2.451.879 |
| Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos | 1.212 | 1.212 | - |
| Pagamento de Juros | (30.647) | (59.879) | - |
| Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais | 432.132 | 86.737 | 247.614 |
| Fluxo de caixa de atividades de investimento | | | |
| Compra (venda) de títulos e valores mobiliários, exceto para negociação | (214.076) | (177.146) | (165.480) |
| Aquisição de ativo imobilizado | (12.717) | (21.464) | (4.927) |
| Aquisição de ativo Intangível | (1.845) | (1.845) | - |
| Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento | (228.638) | (200.455) | (170.407) |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | | |
| Aumento de capital | 302.720 | 781.122 | - |
| Recursos tomados | 58.000 | 228.787 | 85.596 |
| Amortização de empréstimos | (191.485) | (191.485) | - |
| Fluxo de caixa decorrente de atividades de financiamento | 169.235 | 818.424 | 85.596 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 20a | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício | 997.334 | 665.357 | 502.554 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício | 1.370.063 | 1.370.063 | 665.357 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 372.729 | 704.706 | 162.803 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Nu Pagamentos S.A. (“Instituição” ou “Nubank”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 39, Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05409-000 – Brasil. O Nubank tem por objeto as seguintes atividades: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência e de pagamentos relacionados a instrumentos de pagamentos pós-pagos; e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

O Nubank foi constituído em 15 de maio de 2013, iniciando suas operações com o público em geral em setembro de 2014. Dada a natureza do negócio, há um investimento inicial na análise de novos clientes, bem como na produção e envio dos cartões. Apenas após um período de uso tais clientes passarão a ser rentáveis para a Instituição.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Instituição.

Em 18 de maio de 2017 o Nubank foi aprovado como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós-pago, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) de acordo com a publicação no diário oficial.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução no 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen). Dessa maneira, foram observados requisitos específicos para a consolidação das demonstrações financeiras do Nubank e suas empresas controladas e fundos de investimentos, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com valores a receber de operações de cartão de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2019.

a. Participações societárias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem o Nubank e as suas controladas relacionadas a seguir:

| <u>Entidade</u> | <u>Controle</u> | <u>País</u> | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---------------------------------|-----------------|-------------|-------------|-------------|
| Nu Payments, LLC (i) | Direto | EUA | 100% | 100% |
| Nu Investimentos Ltda. (ii) | Direto | Brasil | 100% | 0% |
| Nu Financeira S.A. – SCFI (iii) | Direto | Brasil | 100% | 0% |

(i) Nu Payments, LLC: Sociedade limitada, subsidiária direta da Instituição, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas de Delaware nos Estados Unidos da América;

(ii) Nu Investimentos Ltda.: Sociedade limitada, subsidiária direta da Instituição, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas em 3 de janeiro de 2018; e

(iii) Nu Financeira S.A. – SCFI: Instituição financeira autorizada pelo BACEN, subsidiária direta da Instituição, constituída de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, em 28 de fevereiro de 2018.

Adicionalmente, foram consolidados os fundos de investimento em que o Nubank assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios, a saber:

| <u>Fundo</u> | <u>País</u> |
|--|-------------|
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios NU | Brasil |
| NU Fundo de Investimento Renda Fixa | Brasil |

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as entidades consolidadas.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

Eliminação dos saldos das contas de ativos, passivos e resultado entre as empresas consolidadas e eliminação das participações no capital das empresas controladas.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

durante os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do semestre a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em títulos privados, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo, e não para outros propósitos de investimentos e financiamento.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Instrumentos financeiros derivativos: a avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado.

d. Operações de cartão de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de cartão de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). As rendas das operações de cartão de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores gerando uma provisão adicional à requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de cartão de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

e. Cessões de crédito

As cessões de recebíveis de cartão de crédito foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

f. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

g. Imobilizado de uso e intangível

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil dos itens.

As vidas fiscais dos itens do ativo imobilizado para o semestre são as seguintes:

- Móveis e utensílios 10 anos
- Equipamentos de informática 5 anos
- Intangível 5 anos

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

h. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

i. Outros depósitos

Correspondem aos valores feitos de depósitos na NuConta que faz parte da modalidade de conta de pagamento pré-paga e estão avaliados pelos valores de liquidação. A atualização dos depósitos pela taxa contratada é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros.

j. Obrigações por empréstimos e repasses

Correspondem a empréstimos captados com terceiros que são reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

k. Resultado de exercícios futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

I. Relações interfinanceiras

Correspondem a valor a pagar a bandeira Mastercard relativos as operações de cartões de crédito e estão valorizadas pelo valor de liquidação.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem os juros sobre aplicações financeiras de curto prazo, títulos e valores mobiliários, outras rendas financeiras, juros de empréstimos, juros de depósitos, variação cambial, tarifas bancárias e são reconhecidas no resultado em base “pró-rata” dia.

n. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações financeiras, exceto, quando a Administração da Instituição entende que sua realização é virtualmente certa.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios da Instituição. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da Instituição levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial na rubrica de outras obrigações;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

o. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

p. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perda no valor recuperável anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

no valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve ajuste ao valor recuperável para ativos não financeiros.

q. Plano de opção de compra de ações

O Nubank mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Nu Holdings Ltd. (Holding) – stock option (“Plano de Opção”) que é classificado como pagamento baseado em ações liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais. O objetivo é conceder, aos colaboradores da Instituição, a oportunidade de se tornarem acionistas da Holding, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à Instituição atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados. O valor justo das opções concedidas pela Holding é reconhecido no resultado da Instituição, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida do patrimônio da companhia. No fim de cada exercício, a Instituição revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. A Instituição reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido.

4 Disponibilidades

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Caixa | 27 | 5 |
| Banco - Conta movimento | 220.598 | 374.300 |
| Outras reservas livres | 50.214 | 6.431 |
| Disponibilidades em moeda estrangeira | 13.525 | 22.483 |
| Total | <u>284.364</u> | <u>403.219</u> |

5 Títulos e valores mobiliários**a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento**

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|----------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Disponível para negociação | 2.522.347 | 78.516 |
| Disponível para venda | 438.403 | 522.443 |
| Mantido até o vencimento | 338 | 1.290 |
| Total | <u>2.961.088</u> | <u>602.249</u> |

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

Para negociação

| | 2018 | | | 2017 |
|--|--------------------|------------------|------------------|------------------|
| | De 3 meses a 1 ano | Acima de 1 ano | Valor de mercado | Valor de mercado |
| | Valor de Curva | | | |
| Letras financeiras do tesouro | - | 2.113.513 | 2.110.319 | 78.359 |
| Letras do tesouro nacional | - | 13.836 | 13.907 | - |
| Recibos de depósitos bancários - RDB pós fixado (ii) | - | 415 | 415 | 157 |
| Certificados de depósitos bancários - CDB pós fixados (ii) | - | 143.464 | 143.464 | - |
| Letras de arrendamento mercantil – LAM (iii) | 254.242 | - | 254.242 | - |
| Total | 254.242 | 2.271.228 | 2.522.347 | 78.516 |

Disponível para venda

| | 2018 | | 2017 |
|-------------------------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Sem Vencimento | | |
| | Valor de curva | Valor de mercado | Valor de mercado |
| Cotas de fundos de investimento (i) | 426.429 | 426.429 | 512.521 |
| Títulos no exterior | 11.974 | 11.974 | 9.922 |
| Total | 438.403 | 438.403 | 522.443 |

Mantidos até o vencimento

| | 2018 | | 2017 | |
|--|----------------|---------------|------------------|------------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 5 anos | Valor de mercado | Valor de mercado |
| | Valor de curva | | | |
| Certificados de depósitos bancários - CDB pós fixados (ii) | 230 | - | 230 | 1.189 |
| Letra de câmbio | - | 108 | 108 | 101 |
| Total | 230 | 108 | 338 | 1.290 |

- (i) Refere-se à aplicação em cotas de fundos de investimento não exclusivos. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.
- (ii) Referem-se a CDBs e RDBs pós fixados. A Administração da Instituição concluiu que o custo (preço de aquisição), acrescido dos ajustes diários de rentabilidade desses instrumentos, foi considerado a melhor estimativa de valor de mercado.
- (iii) Refere-se a LAM (letras de arrendamento mercantil), que possuem liquidez inferior a 90 dias e rentabilidade de aproximadamente 101,4% do CDI.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

b. Resultado com instrumentos financeiros

| | 2018 | | 2017 |
|--|---------------|----------------|----------------|
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Rentabilidade de cotas de fundos de investimento | 11.175 | 26.213 | 103.641 |
| Rendas de aplicações em CDBs e RDB | 16.407 | 21.422 | 2.586 |
| Renda de aplicações em títulos públicos | 56.428 | 78.139 | - |
| Rendas de operações compromissadas | 12.974 | 20.970 | 40 |
| Rendas de depósito no exterior | - | - | 329 |
| Ajuste a marcação de mercado LFT | 71 | (901) | - |
| Total | 97.055 | 145.843 | 106.596 |

6 Outros créditos

a. Composição de outros créditos

| | 2018 | 2017 |
|---|------------------|------------------|
| Valores a receber cartão de crédito | 6.857.825 | 3.847.476 |
| Crédito tributário (nota 15b) | 213.952 | 139.839 |
| Impostos e contribuições a compensar | 108.177 | 33.580 |
| Diversos | 121.892 | 7.718 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa - cartão de crédito | (564.318) | (340.074) |
| Total | 6.737.528 | 3.688.539 |

b. Composição da carteira de operações de cartão de crédito

| | | |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Valores a receber - saldo corrente | 3.538.619 | 2.221.810 |
| Valores a receber - parcelas futuras | 3.319.206 | 1.625.666 |
| Total | 6.857.825 | 3.847.476 |

A composição das operações de cartão de crédito incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

c. Composição da carteira de operações de cartão de crédito a receber por vencimento

| | | |
|---|------------------|------------------|
| Operações de cartão de crédito vencidas | 465.193 | 431.788 |
| Até 3 meses | 5.082.738 | 2.825.572 |
| 3 a 6 meses | 892.560 | 395.599 |
| 6 a 12 meses | 417.334 | 194.517 |
| Total | 6.857.825 | 3.847.476 |

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

A abertura por vencimento das operações de cartão de crédito incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

d. Classificação de carteira de cartões de crédito por níveis de risco

| 2018 | | | | | | | |
|---------------------------------|------------------|----------------|------------------|-----|------------------|--------------------|------------------|
| Operações de cartões de crédito | | | | | | | |
| Nível | Curso normal | Atraso | Total | % | Provisão | Provisão adicional | Provisão total |
| A | 6.207.826 | 59.740 | 6.267.566 | 0,5 | (31.338) | (74.916) | (106.254) |
| B | 78.994 | 22.167 | 101.161 | 1 | (1.012) | (24.957) | (25.969) |
| C | 59.660 | 36.324 | 95.984 | 3 | (2.880) | (56.577) | (59.457) |
| D | 9.620 | 44.672 | 54.292 | 10 | (5.429) | (37.020) | (42.449) |
| E | 8.247 | 40.566 | 48.813 | 30 | (14.644) | (28.616) | (43.260) |
| F | 4.579 | 35.144 | 39.723 | 50 | (19.862) | (17.678) | (37.540) |
| G | 3.698 | 34.842 | 38.540 | 70 | (26.977) | (10.666) | (37.643) |
| H | 12.195 | 199.551 | 211.746 | 100 | (211.746) | - | (211.746) |
| Total (i) | 6.384.819 | 473.006 | 6.857.825 | | (313.888) | (250.430) | (564.318) |

| 2017 | | | | | | | |
|---------------------------------|------------------|----------------|------------------|-----|------------------|--------------------|------------------|
| Operações de cartões de crédito | | | | | | | |
| Nível | Curso normal | Atraso | Total | % | Provisão | Provisão adicional | Provisão total |
| A | 3.373.467 | 127.239 | 3.500.706 | 0,5 | (17.504) | (39.424) | (56.928) |
| B | 23.205 | 30.546 | 53.751 | 1 | (538) | (17.838) | (18.376) |
| C | 17.548 | 41.738 | 59.286 | 3 | (1.779) | (33.406) | (35.185) |
| D | 1.357 | 31.564 | 32.921 | 10 | (3.292) | (26.092) | (29.384) |
| E | 101 | 27.891 | 27.992 | 30 | (8.397) | (18.993) | (27.390) |
| F | 10 | 25.947 | 25.957 | 50 | (12.979) | (12.969) | (25.948) |
| G | - | 21.379 | 21.379 | 70 | (14.965) | (6.414) | (21.379) |
| H | - | 125.484 | 125.484 | 100 | (125.484) | - | (125.484) |
| Total (i) | 3.415.688 | 431.788 | 3.847.476 | | (184.938) | (155.136) | (340.074) |

(i) Os saldos totais para cálculo da provisão incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

| | 2018 | | 2017 |
|---|------------------|------------------|------------------|
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Saldo no início do semestre/exercício | (441.448) | (340.074) | (87.642) |
| (Constituição)/Reversão | (260.192) | (486.918) | (317.657) |
| Baixados para prejuízo | 137.322 | 262.674 | 71.926 |
| Incremento de provisão por aquisição de carteira de crédito | - | - | (6.701) |
| Saldo no final do semestre/exercício | (564.318) | (564.318) | (340.074) |

f. Operações renegociadas/recuperadas

O montante das operações renegociadas no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 totalizaram, respectivamente, R\$117.418 e R\$204.844 (2017 – R\$94.926).

O montante das operações recuperadas no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 totalizaram, respectivamente, R\$34.431 e R\$52.659 (2017 – R\$23.466).

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

7 Depósitos

O montante de R\$2.436.015 (2017 – R\$75.126) corresponde a depósitos de clientes feitos na conta de pagamento pré-paga NuConta. Tais depósitos são remunerados por 100% do CDI.

8 Obrigações por empréstimos e repasses

Refere-se às obrigações relacionadas a linhas de créditos tomadas junto a instituições financeiras no exterior, no montante de R\$195.237 (R\$277.747 em 2017), com vencimento em janeiro de 2019, indexadas ao CDI e Libor. Essas operações foram liquidadas em 28 de janeiro de 2019.

9 Outras obrigações

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Obrigações por cotas de fundo de investimento | 250.758 | 125.771 |
| Provisão para pagamentos a efetuar - fornecedores diversos | 78.930 | 22.740 |
| Fiscais e previdenciárias | 87.391 | 25.648 |
| Provisão para contingências tributárias - Nota 18 | 54.506 | 19.126 |
| Diversas | 11.394 | 6.715 |
| Obrigações por processamento de boletos | 4.264 | - |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 251 | 149 |
| Provisão para contingências cíveis - Nota 18 | 809 | 367 |
| Total | <u>488.303</u> | <u>200.516</u> |

10 Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social da Instituição é de R\$1.368.171 (R\$587.049 em 2017), e está representado por 131.653.333 ações (36.510.662 em 2017), sem valor nominal, divididas entre 131.487.968 ordinárias (36.345.297 em 2017) e 165.365 preferenciais (165.365 em 2017), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2018, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$302.720 com emissão de 36.872.107 ações ordinárias.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 8 de março de 2018, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$478.402 com emissão de 58.270.564 ações ordinárias.

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

b. Reserva de capital

O Nubank conta com um Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”), aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2013, cuja última alteração realizada ocorreu no exercício de 2015, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2015, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações os colaboradores da Instituição.

Ao final do ano de 2016, a Instituição transferiu o Plano de Opção para a Nu Holdings Ltd., sua controladora indireta. Desde então, as novas outorgas ocorrem na *holding*, e não mais na Instituição.

A Instituição reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção no montante de R\$34.137 em 2018 (R\$26.706 em 2017), em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

11 Receita operacional

| | 2018 | | 2017 |
|------------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Receita de intercâmbio | 280.301 | 481.321 | 236.856 |
| Receita de anuidade (Rewards) | 29.035 | 51.321 | 10.323 |
| Outros | 864 | 864 | |
| Impostos sobre receita operacional | (36.161) | (62.590) | (28.694) |
| Total | 274.039 | 470.916 | 218.485 |

O montante de receita operacional refere-se substancialmente às tarifas de intercâmbio ganhas pela utilização dos cartões de crédito, tanto no Brasil quanto no exterior.

12 Custo dos serviços prestados

| | 2018 | | 2017 |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Custo de manutenção de contas | (189.055) | (311.413) | (119.885) |
| Custo de emissão de cartões | (45.216) | (80.117) | (48.277) |
| Total | (234.271) | (391.530) | (168.162) |

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

O custo dos serviços prestados é substancialmente composto por custos com processamento de compras de cartão de crédito, bandeira, cobrança, serviços de dados, bureaus de crédito, embossamento e entrega de cartões de crédito.

13 Despesas Administrativas**a. Despesas de pessoal**

| | 2018 | | 2017 |
|-----------------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Proventos | (61.213) | (97.506) | (55.278) |
| Encargos sociais | (19.827) | (35.331) | (19.976) |
| Benefícios | (8.056) | (14.473) | (6.918) |
| Honorários da administração | (2.169) | (3.714) | (2.876) |
| Treinamento | (771) | (1.037) | (405) |
| Total | (92.036) | (152.061) | (85.453) |

b. Despesas administrativas

| | 2018 | | 2017 |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Despesas de escritório | (7.861) | (13.880) | (15.825) |
| Despesas com processamento de dados e comunicações | (27.938) | (46.222) | (17.296) |
| Despesas com contratação de serviços especializados | (8.807) | (15.282) | (16.092) |
| Outras despesas administrativas | (7.839) | (12.009) | (3.447) |
| Despesas tributárias | (465) | (960) | (2.345) |
| Depreciação/amortização | (2.407) | (3.571) | (1.330) |
| Total | (55.317) | (91.924) | (56.335) |

c. Outras receitas e despesas

| | 2018 | | 2017 |
|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Recuperação de créditos baixados | 34.432 | 52.659 | 23.466 |
| Outros | 23 | 263 | 651 |
| Total | 34.455 | 52.922 | 24.117 |

| | 2018 | | 2017 |
|----------------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Descontos concedidos | (5.507) | (8.267) | (2.248) |
| Perdas operacionais | (3.425) | (7.802) | (10.950) |
| Outros | (898) | (5.865) | (4.591) |
| Total | (9.830) | (21.934) | (17.789) |

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

14 Resultado financeiro

| | 2018 | | 2017 |
|--|------------------|------------------|-----------------|
| | 2º Semestre | Exercício | Exercício |
| Rendas de CCBs adquiridos | 304.803 | 535.292 | 165.433 |
| Resultado com instrumentos financeiros | 97.055 | 145.843 | 48.451 |
| Outras receitas financeiras (i) | 51.098 | 74.099 | 134.961 |
| Variação cambial positiva | 2.929 | 7.015 | - |
| Receitas financeiras | 455.885 | 762.249 | 348.845 |
| Variação cambial negativa | - | - | (1.647) |
| IOF sobre operações financeiras | (15) | (145) | (10.288) |
| Despesa de captação - cota senior FIDC | (10.626) | (19.308) | (771) |
| Ajuste de marcação a mercado de TVM | (2.198) | (2.198) | (32) |
| Tarifas bancárias | (2.420) | (4.448) | (1.617) |
| Impostos sobre receitas financeiras | (20.469) | (35.380) | (14.183) |
| Despesa com instrumentos financeiros derivativos | (22.457) | (22.457) | - |
| Despesa de juros de empréstimos | (38.640) | (76.184) | (53.261) |
| Juros sobre contas de pagamento pré-pagas | (48.364) | (63.768) | (304) |
| Despesas com letras de câmbio | (1) | (1) | - |
| Outros impostos | - | - | (5.588) |
| Despesas financeiras | (145.190) | (223.889) | (87.691) |
| Resultado financeiro | 310.695 | 538.360 | 199.143 |

- (i) Refere-se em sua maioria a ganhos na conversão de moeda, de compras de clientes em moeda estrangeira, efetuadas no cartão de crédito.

15 Imposto de renda e contribuição social**a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social:**

| | 2018 | 2017 |
|--|--------------------|-------------------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | (116.306) | (173.973) |
| Encargo total do imposto de renda e contribuição social | (46.522) | (69.589) |
| Adições/exclusões permanentes | 26.628 | 18.328 |
| Crédito tributário / Imposto de renda e contribuição social corrente | 3.879 | (5.714) |
| Imposto de renda e contribuição social do período | (16.015) | (56.975) |
| | 31/12/18 | 31/12/17 |
| Imposto de renda e contribuição social devidos (Constituição)/realização no período sobre adições temporárias (i) | 58.098 (74.113) | 9.923 (66.898) |
| Imposto de renda e contribuição social do período | (16.015) | (56.975) |

- (i) Constituição de crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa e contingências passivas utilizando a alíquota total de 40%.

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima, foi constituído sobre prejuízo fiscal/ base negativa da CSLL e diferenças temporárias conforme demonstrado abaixo na nota explicativa.

| | Saldo em 31/12/2018 | Constituição / (Realização) | Saldo em 31/12/2017 |
|--|------------------------|--------------------------------|------------------------|
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 137.072 | 61.780 | 75.292 |
| Outras provisões passivas | 48.667 | 35.636 | 13.031 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 185.739 | 97.416 | 88.323 |
| Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social | 28.213 | (23.303) | 51.516 |
| Total dos créditos tributários | 213.952 | 74.113 | 139.839 |

| | Saldo em 31/12/2018 | Constituição / (Realização) | Saldo em 30/06/2018 |
|--|------------------------|--------------------------------|------------------------|
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 137.072 | 24.020 | 113.052 |
| Outras provisões passivas | 48.667 | 18.326 | 30.341 |
| Outros | - | (386) | 386 |
| Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias | 185.739 | 41.960 | 143.779 |
| Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social | 28.213 | (10.925) | 39.138 |
| Total dos créditos tributários | 213.952 | 31.035 | 182.917 |

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$213.952 (R\$139.839 em 2017), foi constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL e diferenças temporárias.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 31 de dezembro de 2018 é de R\$200.259.

c. Realização do crédito tributário

| Período | Imposto de Renda | Contribuição Social | Total |
|--------------|---------------------|------------------------|----------------|
| 2019 | 118.393 | 71.035 | 189.428 |
| 2020 | 798 | 1.559 | 2.357 |
| 2021 | 13.650 | 8.190 | 21.840 |
| Após 2021 | 204 | 123 | 327 |
| Total | 133.045 | 80.907 | 213.952 |

16 Cobertura de seguros

A Instituição adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

Em 31 de dezembro de 2018, a apólice mais relevante do Nubank estava relacionada a cobertura de danos materiais no valor total de R\$172 milhões e os principais riscos cobertos eram de incêndio, queda de raio e explosão, danos elétricos.

17 Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação.

A Instituição não possuía operações com derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2018, o Nubank possuía contratos futuros de DI, no valor de referência de R\$14 milhões, cujo valor de mercado foi estimado em R\$3. Esses contratos são considerados nível 1 na hierarquia de valor justo. O resultado das operações com derivativos estão reconhecidos como receita ou despesa financeira.

18 Contingências

O Nubank é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e de relação de consumo.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. Existem processos cíveis de relação de consumo classificados como *possíveis* pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$1.925 em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.149 em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, o Nubank tem provisionado a título de obrigação legal o montante de R\$54.506 (R\$19.126 em 2017) referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS (4,65%) incidente sobre a receita financeira estabelecida pelo Decreto 8.426/15. O Nubank deposita judicialmente o valor referente a essa causa.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$809 (R\$367 em 2017) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e de relação de consumo em curso.

NU PAGAMENTOS S.A.
 Demonstrações financeiras consolidadas
 do conglomerado prudencial em
 31 de dezembro de 2018

c. Movimentação das provisões

Cíveis

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo no início do semestre/exercício | 367 | 194 |
| Constituição | 1.543 | 240 |
| Utilização / reversão | <u>(1.101)</u> | <u>(67)</u> |
| Saldo no final do semestre/exercício | <u>809</u> | <u>367</u> |

Tributárias

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Saldo no início do semestre/exercício | 19.126 | - |
| Constituição | 35.380 | 19.126 |
| Utilização / reversão | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Saldo no final do semestre/exercício | <u>54.506</u> | <u>19.126</u> |

19 Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|--------------------|------------------|
| Passivo | | |
| Valor a pagar Nu Finanztechnologie GmbH - coligada | 667 | - |
| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
| | <u>2º Semestre</u> | <u>Exercício</u> |
| Resultado | | <u>Exercício</u> |
| Despesas com serviços de tecnologia Nu Finanztechnologie GmbH - coligada | (3.491) | (6.413) |
| Despesas com honorários da administração | (1.549) | (2.876) |

20 Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Nubank está definida conforme seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

O processo de gestão de riscos permeia toda a Instituição, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e demais reuniões internas, definem os objetivos da Instituição, incluindo o apetite de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O controle dos riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e de capital é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Em linha com os princípios da Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, a descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital estão disponíveis para acesso público no site: <https://nubank.com.br/docs/nubank-estrutura-de-gerenciamento-de-riscos.pdf>

a. Risco de Crédito

A possibilidade de ocorrência de perdas associadas: ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização ou redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia do tomador ou contraparte; aos custos de recuperação de exposições deterioradas; e às vantagens concedidas ao tomador ou contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia.

A estrutura de controle e gestão do risco de crédito deve ser centralizada e independente das unidades de negócios. É de sua responsabilidade estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito inerente a todos os produtos, verificar níveis de concentração, estimação da perda esperada de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação. Os processos, rotinas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito são submetidos a avaliação periódica quanto à sua adequação, de forma independente, pela área de Auditoria Interna.

b. Gerenciamento de Risco Operacional

A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui-se à esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados a cada área de negócio, mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais.

Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do risco operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez, conforme Circular 3.681 do Bacen, é a possibilidade de a instituição de pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

O controle do risco de liquidez é feito na Diretoria de Gerenciamento de Riscos, área independente das áreas de negócio. É de sua responsabilidade identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo.

São controlados os limites definidos de ativos de alta qualidade de liquidez para suportar cenários de estresse. Os cenários de estresse definem condições adversas nas variáveis que impactam a necessidade de caixa. O monitoramento é feito diariamente, estimando os fluxos de caixa futuros decorrentes de seus ativos e passivos, com reportes gerenciais tempestivos para a diretoria da instituição e para a gestão de liquidez.

O Plano de Contingência de Liquidez é um documento interno, revisto anualmente, que estabelece responsabilidades, estratégias e procedimentos, para enfrentar situações de estresse. O Plano é aprovado visando garantir uma estrutura de caixa compatível com o porte das obrigações, assegurando a sobrevivência mesmo em cenários adversos.

A instituição mantém recursos líquidos correspondentes a pelo menos 100% do saldo de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento.

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

d. Risco de Mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, devido à variações em taxas de juros, índices de preços, preços de ações, variação cambial e preços de mercadorias (commodities).

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável pela mensuração e avaliação de risco, monitoramento de limites e reporte de risco para as unidades de negócios.

e. Gestão de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da instituição e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil.

A Instituição mantém, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, o maior valor entre: i) 2% da média mensal das transações de pagamento executadas pela Instituição nos últimos 12 (doze) meses; ou ii) 2% do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela instituição, apurado diariamente.

21 Outras informações**a. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---|-------------------------|-----------------------|
| Disponibilidade | 284.364 | 403.219 |
| Letras de arrendamento mercantil - LAM | 254.242 | - |
| Certificados de depósitos bancários - CDB pós fixados | 143.464 | - |
| Aplicação financeira - fundos de investimento | - | 262.138 |
| Aplicacoes em operações compromissadas | 687.993 | - |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | <u>1.370.063</u> | <u>665.357</u> |

b. Programa de recompensa

O Nubank criou um programa de fidelidade para seus clientes denominado “Nubank Rewards.” O plano consiste no acumulo de pontos de acordo com as compras realizadas pelos clientes, na proporção de recompensa de R\$ 1,00 (um real) igual a 1 ponto, que nunca expiram. O valor financeiro desses pontos é subtraído da receita de intercambio e registrado na rubrica de receitas de exercícios futuros, presente no

NU PAGAMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas
do conglomerado prudencial em
31 de dezembro de 2018

passivo da Companhia e transferida para receita operacional quando do resgate dos pontos pelos clientes.

O resgate é realizado apagando compras feitas pelo usuário em diversas categorias de gastos, como passagens aéreas, hotéis, serviços de transporte, músicas etc.

22 Eventos subsequentes

A administração do Nubank não tem conhecimento de nenhum evento subsequente a ser divulgado nessas demonstrações financeiras, exceto pela atividades de empréstimos para pessoas físicas iniciadas em fevereiro de 2019 por meio da investida Nu Financeira.